



**PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

Nós, docentes do Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, fomos surpreendidos ao final do dia de ontem (27/04/2023) pela notícia de que a Ufopa iria sediar um encontro da Frente Parlamentar de Vereadores do Pará e Mato Grosso que teria início naquela mesma tarde.

A frente política articuladora do evento está ligada a interesses privados que promovem a destruição ambiental e a retirada de direitos dos povos indígenas, tradicionais e camponeses que vivem no Oeste do Pará. Sabemos que neste contexto, a “regularização fundiária” nada mais é que a legalização da grilagem. Outro assunto pautado é a Ferrogrão (EF-170). Estudos apontam que a grilagem será intensificada caso o projeto for adiante; algo que não pode ocorrer sem a Consulta Livre, Prévia e Informada conforme preconiza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho da qual o Brasil é signatário. Testemunhamos hoje representantes de garimpeiros negar a ciência produzida pela FioCruz, dizendo ser seus estudos enviesados, e que a contaminação por metil mercúrio se dá pelas condições químicas naturais dos solos amazônicos, que nada se relacionam com suas atividades.

A tentativa de revestir esses interesses em uma roupagem verde e “sustentável” não nos convence, e nos causa perplexidade o fato da universidade acolher este campo político sem ao menos organizar previamente um espaço para escuta e discussão sobre projetos que impactam as vidas e territórios de tantas populações no Oeste do Pará. Uma das falas proferidas pela manhã simplesmente afirmou que “não existe esta história de agricultura familiar,” alegando que existe apenas uma agricultura. Discordamos de forma veemente de tal afirmação, que busca apagar a demanda histórica, justa e necessária pela Reforma Agrária.

Nos solidarizamos com os povos e comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais e camponesas – muitas das quais estão representadas por discentes da universidade – que já estão sendo gravemente impactados por essas iniciativas e manifestamos nosso repúdio e vergonha pelo fato da nossa instituição, construída com recursos públicos e que deve atender a sociedade, hospedar tal evento, que está na contramão das verdadeiras mudanças que necessitamos diante da emergência climática. Repudiamos ainda a truculência exibida por membros do referido evento, um dos quais ofendeu docente do nosso programa, aos gritos, dizendo que a universidade pertencia a eles. Exigimos ser respeitados. Estamos no nosso lugar de trabalho.

Santarém, 28 de abril de 2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

NOTA DE REPÚDIO

O Programa de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Oeste do Pará (PCJ/ICS/UFOPA) vem à público manifestar repúdio ao debate enviesado e parcial feito por representantes da Frente Parlamentar de Vereadores Mato Grosso/Pará em encontro realizado, nos dias 27 e 28 de abril de 2023, em Santarém – PA. A nossa comunidade acadêmica manifesta preocupação com a abordagem de temas sensíveis, como a regularização do garimpo e o Ferrogão, sem a adequada oitiva e participação dos movimentos sociais, considerando o histórico de danos e impactos socioambientais causados pela exploração predatória dos recursos naturais e pela instalação de grandes projetos em nossa região. Além disso, repudia veementemente falas racistas criminosas que negam a diversidade social, assim como o negacionismo científico para justificar os projetos econômicos em questão. Por fim, manifesta total discordância com a opção de realizar o encontro em auditório da Ufopa, universidade pública que nasce e se posiciona em favor do desenvolvimento local com sustentabilidade e equidade social, que abriga diversos grupos de pesquisa que denunciam os efeitos perversos desses projetos econômicos e tem a comunidade acadêmica composta por docentes, técnicos e discentes oriundos de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas, dentre outros grupos sociais.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE (ICS)
CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL (GPDR)**

O curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) vem por meio desta manifestar profundo repúdio ao evento intitulado “Encontro da Frente Parlamentar de Vereadores do Pará e Mato Grosso” agendado para ocorrer em Santarém nos dias 27 e 28 de abril do corrente ano, defendendo questões que vão na contramão das lutas e pautas sociais e ambientais, defendidas pelos amazônidas, que são a proteção da floresta, dos rios e dos povos tradicionais.

O referido evento prega um modelo de desenvolvimento econômico predatório e não-democrático. O corpo docente do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, entende que no panorama atual, a sustentabilidade deve ser um atributo estratégico do desenvolvimento, com a finalidade de evitar um retrocesso na capacidade de reprodução social e ambiental, onde a sociedade civil organizada em todas as suas manifestações deve participar ativamente desse processo ampliando o debate e o ajudando a construí-lo. Assim, é inaceitável, debater questões que afetam a vida de todos e de todas na região, sem a devida participação social.

Para além disso, é inaceitável os discursos difundidos no âmbito desse evento de negação da ancestralidade dos povos indígenas, bem como de outras culturas, como elemento definidor da nossa identidade, a qual merece respeito e proteção. Pelo exposto, viemos aqui manifestar total desacordo da realização desse tipo de evento no âmbito da UFOPA.



MANIFESTO DO ICS

O Instituto de Ciências da Sociedade vem a público e, diante da comunidade acadêmica, dos povos indígenas, quilombolas, camponeses e povos amazônicos em luta pelos territórios, se sensibiliza com as pautas de lutas destes em um momento de retomada do debate democrático do país diante das agendas ambientais e dos direitos humanos e fundamentais esquecidos e ignorados pelo governo que passou. Neste sentido, oportuno é o momento de repúdio à agenda política do agronegócio e dos setores ligados a um desenvolvimento que exclui e nega os povos dessa região, representados pelo modelo da exploração ilegal madeireiros, dos garimpos e das frentes que representam os interesses econômicos reacionários e mascarados sob o discurso da preocupação com a “sustentabilidade ambiental”, a regularização fundiária que não visa a reforma agrária camponesa, mas a legalização dos garimpos predatórios e poluentes do mercúrio pelos leitos do rio Tapajós e suas florestas.

O evento agendado para ocorrer nos dias 27 e 28 de abril, foi anunciado na imprensa local e pela Ufopa, contando com participação de 26 municípios sob – “Encontro da Frente Parlamentar de Vereadores do Pará e Mato Grosso”. Entre os objetivos os vereadores assinarão a “Carta de Santarém”, com o compromisso de luta pelos avanços nas temáticas elencadas para o debate: Regularização Fundiária; Flona Jamanxim; Produção com Sustentabilidade; Ferrogrão; Regularização dos Garimpos; Rodovia BR163/Transamazônica; E constituído para construção de outros modelos econômicos e sustentáveis voltados para a pesquisa científica em prol das comunidades tradicionais da Região Oeste, como viés ao modelo vigente. A universidade tem sido palco de duras críticas e ataques ao conhecimento científico e aos defensores dos direitos e saberes dos povos tradicionais da Amazônia. Neste sentido reforçamos que a agenda da Frente Parlamentar está em desacordo com os projetos de universidade que defendemos para os povos amazônicos.

Instituto de Ciências da Sociedade-ICS



NOTA DE REPUDIO
CENTRO ACADEMICO DE ANTROPOLOGIA LUANA KUMURUARA
UFOPA

Nós do Centro Acadêmico de Antropologia, Luana kumarura, viemos por meio desta manifestar nossa indignação e repúdio em relação ao evento que ocorreu no espaço da Universidade, que teve início no dia de ontem, 27/04/2023. Nós alunes fomos surpreendidos com um e-mail às 15:26 da tarde do mesmo dia, nos informando que ocorreria tal evento denominado “4º Encontro da Frente parlamentar dos Estados do Mato Grosso e Pará”, que teria início as 19 horas no auditório principal da NOSSA Universidade. Tal evento tinha como foco discutir questões como legalização do garimpo, grilagem de terras, mudança do marco temporal, dentre outras coisas que visam a destruição da floresta, e consequentemente da vida das pessoas que nela habitam. Nós como estudantes de Antropologia, que passamos anos dentro da sala de aula estudando os impactos que ações como essa causam para pessoas amazônidas, além de participarmos ativamente de projetos de pesquisa e extensão proporcionadas pela própria Universidade, que visam entender e colaborar com a melhora de vida de pessoas impactadas pelo descaso histórico do Estado brasileiro, não podemos compactuar com isso. Enquanto movimento representativo de estudantes, o Centro Acadêmico Luana Kumarura, repudia veemente a realização de eventos como esse sediados pela UFOPA, reconhecida por abranger uma diversidade de estudantes e estar no Coração da Amazônia brasileira. Queremos agora entender, qual o papel da reitoria nesse evento, que terminou com parlamentares agredindo alunes indígenas, quilombolas, ribeirinhos, periféricos, DENTRO do espaço da Universidade. Não existe modelo sustentável de negócios que visam a destruição em massa da Amazonia, é retórico, infelizmente a colonização continua com novas roupagens, e pouco se preocupa com as consequências que promove as populações que são realmente atingidas por tomadas de decisões de políticas antidemocráticas.

Deixamos registrado nosso agradecimento aos professores e professoras do PAA que se posicionaram do nosso lado, porém exigimos esclarecimentos por parte da reitoria em relação a tamanha barbaridade que aconteceu no NOSSO espaço de aprendizagem. No mais, seguimos atentos e atentas. E como Antropólogos em formação, não deixaremos jamais isso passar. Amazônia é território de luta e de resistência!



NOTA DE REPÚDIO

O Centro Acadêmico de Economia Celso Furtado (CAECF-UFOPA), vem a público expressar repúdio ao “Encontro Parlamentar de Vereadores do Pará e Mato Grosso” ocorrido ontem dia 27/04/2023 e hoje 28/04/2023, sediado em parte na nossa universidade e comunicado poucas horas antes.

Este Encontro, trouxe figuras e ideias que vão contra aos direitos mais elementares dos povos tradicionais, dos povos originários e dos agricultores familiares, ao sustentar grandes projetos de infraestrutura que seguem a velha lógica colonial e perseguida por sucessivos regimes na fase republicana de “trazer o desenvolvimento desde fora” e a defesa de medidas como a “regularização do garimpo”. Só a título de demonstração do caráter deste evento, estava convocado a palestrar sobre a Flona do Jamanxim nada menos que o Prefeito de Novo Progresso, Gilson Dill, obrigado a pagar já três multas por destruição de florestas, inclusive em 2019, multa de mais de 4 milhões de reais por destruir cerca de 175 hectares justamente na Floresta do Jamanxim. (Fontes: www.ojoioetrigo.com.br/2022/04/grileiros-titula-brasil-altamira-novo-progressopara/ e <https://reporterbrasil.org.br/2020/08/pre-candidato-de-novo-progresso-palco-do-dia-do-fogo-e-multado-em-r-4-mi-por-desmatamento-ilegal/>)

Em tal evento, ouviu-se de parlamentares do Congresso Nacional ideias de que não há interesses contraditórios entre o grande agronegócio e a agricultura familiar que produz a duras penas para subsistência e, ainda, ataques flagrantes à identidade dos povos indígenas. Não podemos deixar de lamentar e denunciar que tal evento contou com a participação e legitimação do governo federal. Mas nada disso nos surpreende.

O Encontro além de promover um discurso contraditório ao que nós estudantes estamos pesquisando, na contramão da própria ciência, propondo medidas que vão no caminho oposto ao desenvolvimento sustentável e com respeito aos povos amazônidas, ainda ocorreu em desrespeito às aulas que estavam ocorrendo em frente ao auditório no prédio BMT1 (Laranjão) que, devido ao barulho absurdo de uma banda, atrapalhou várias aulas e obrigou à suspensão de outra.

Saudamos às e aos estudantes e representantes dos povos indígenas que em sua ação justa interromperam o evento e exigiram direito a voz, expondo o caráter flagrantemente reacionário e antidemocrático do evento e de seus organizadores. A universidade é um espaço do povo e democrático e deve servir para tanto. Por isto mesmo, não pode abrigar em seu seio quem representa as medidas antipopulares e antidemocráticas, que agridem direitos fundamentais de inúmeras populações de nosso território, que desprezam a ciência e as lições históricas em nome de interesses espúrios que reforçam a manutenção da pobreza, do atraso, da desigualdade e da subjugação do país. Por isto, nos somamos às demais entidades que repudiam este evento e pedem esclarecimentos à direção da Reitoria sobre sua realização no espaço universitário.

Fascistas, grileiros e colonialistas: não passarão!

Centro Acadêmico de Economia Celso Furtado

Santarém-PA, 28 de abril de 2023



NOTA DE REPULDIO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO PUBLICO

A direção provisória do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará (Sindufopa), vem manifestar perplexidade com os acontecimentos ocorridos ontem e hoje (27-28/04/2023), dentro do seu principal auditório, no Campus Tapajós. Construída para ser uma universidade pública, de excelência, gratuita, formando pessoas comprometidas com as causas do povo amazônico, que a sustenta, vimos a atual reitoria emitir comunicado em suas redes oficiais convocando à comunidade para participar de **“Encontro da Frente Parlamentar de Vereadores do Pará e Mato Grosso”**. “Ao final do encontro, os vereadores assinarão a **Carta de Santarém**, com o compromisso de luta pelos avanços nas temáticas elencadas para o debate: Regularização Fundiária; Flona Jamanxim; Produção com Sustentabilidade; Ferrogrão; Regularização dos Garimpos; Rodovia BR-163/Transamazônica; Energia Elétrica; Vulnerabilidade Social; Tecnologia de Comunicação, Informação/Educação”, dizia a nota. Entretanto, não recebemos nenhum convite que pudesse dar-nos a voz para expressar o que pensam nossos docentes, sobre os nefastos e funestos “projetos de desenvolvimento” que atingirão nossas comunidades tradicionais e toda a economia construída a partir dos trabalhos dos povos amazônicos, que à preservam. Assim, solicitamos às autoridades constituídas, a se expressarem publicamente como se deu o processo para que esta instituição pública viesse abrigar um evento que tem conotação política totalmente diferente às metas e planos do atual governo federal e do que os povos amazônicos locais vem reivindicando para essa região.